



ÓRGÃO DE UNIDADE DOS CAMPESES DO NORTE

N.º 32 2.ª SÉRIE JANEIRO DE 1974 PREÇO \$50

— O IV.º PLANO DE FOMENTO — UM PLANO DE FOMENTO DA RUÍNA DOS CAMPESES

Começa este mês a execução do chamado IV.º Plano de Fomento para 1974-79. Como é próprio do governo fascista, os camponeses não tiveram a mínima participação na sua elaboração ou aprovação. Contudo, este «Plano» também nos diz respeito. Não porque trate das medidas necessárias ao fomento da agricultura e ao melhoramento da nossa situação, mas precisamente pelo contrário: porque trata do fomento da ruína dos camponeses.

Esgotada a demagogia fascista em relação aos «Planos de Fomento», este nada diz de novo, limita-se a repetir o paleio dos anteriores que, no que respeita à agricultura, apenas serviram para apressar a sua ruína. A diferença entre o actual e os outros reside apenas em que este será ainda pior. No anterior «Plano» previa-se que a produção agrícola aumentasse à taxa de 3% ao ano. Mas o que na realidade se passou nos 6 anos da sua execução foi a completa estagnação do produto agrícola. O «Plano» agora em início limita-se a «prever» o insignificante crescimento de 2% ao ano, o que significa que os seus autores contam de facto com a diminuição do produto agrícola nos próximos 6 anos. Aliás, dizem-no abertamente a propósito de algumas importantes culturas. Assim, prevê o próprio «Plano» que a produção de cereais diminua à taxa de menos de 0,6% ao ano e que a produção de leguminosas, azeite e azeitonas diminua à taxa anual de menos 1%. Para outras produções, igualmente se prevê a estagnação ou

diminuição. E isto quando assumem carácter massivo as importações de trigo, milho, carne, etc., que a agricultura portuguesa poderia produzir para benefício dos camponeses e da economia nacional.

Medidas para promover o florescimento da agricultura e o melhoramento das condições de vida dos pequenos e médios agricultores, não prevê o «Plano» uma única. Assim, sobre a reforma agrária, nem uma palavra. E, contudo, as 781 000 explorações agrícolas com menos de 20 hectares só ocupam 29% da área total das explorações agrícolas, enquanto apenas 4% do número total das explorações (as que têm mais de 20 hectares) ocupam 71%. Isto significa que, em termos gerais, pode dizer-se que a redistribuição das terras dos grandes proprietários e dos latifundiários daria para triplicar as terras dos pequenos agricultores (só as propriedades agrícolas da Terralta ocupam 20 mil hectares). Mas disto não trata o «Plano de Fomento», como não trata da organização dos camponeses em autênticas cooperativas, nem da concessão de crédito barato aos pequenos e médios agricultores, do fornecimento de máquinas, adubos e sementes seleccionadas em boas condições, nem da modernização das técnicas de cultivo, do ensino agrícola, etc., etc.

Na verdade, só um governo democrático e popular realizará estas e outras medidas no âmbito da Reforma Agrária preconizada pelo Partido Comunista Português.

expressão da ruínoza política fascista na agricultura

A falta de leite que todos os anos se vinda acentuando de Setembro a Janeiro, atingiu aspectos alarmantes a partir dos últimos meses de 1973.

Este problema sério de carência tem a sua causa imediata na situação desesperada a que chegaram os pequenos produtores, impossibilitados de continuar a produzir leite aos preços fixados desde 30 de Setembro de 1971. Houve um aumento brutal dos custos de produção, particularmente do preço das rações, de 1972 para 1973: a farinha para o gado subiu nesse período 14\$00 em cada saco de 50 quilos e cada fardo de palha, que custava 15\$00, passou a custar o dobro. Também aumentou de 11\$50/12\$00 para 18\$00 por quilo o leite de substituição, que é um leite em pó utilizado para a alimentação dos vitelos em vez do leite da mãe, que assim pode ser desviado para o consumo público.

A subida vertiginosa dos custos de produção, o grande aumento do preço da carne e o seu desnível em relação ao preço do leite, levaram muitos camponeses a vender as vacas para o talho.

Foi o que aconteceu na região do Oeste-Estremadura e na zona Norte, principal abastecedora do país, pois fornece respectivamente 70% e 50% do abastecimento nacional de leite e carne. No distrito de Aveiro verificou-se em 1971 uma baixa de 1511 vacas, o que corresponde a uma quebra anual de 4,5 milhões de litros de leite, pelo menos. Em todas as outras regiões produtoras de leite fenómeno semelhante se verificou.

Com esta crise do leite, manifestou-se com agudeza o descalabro a que chegou a agricultura em Portugal, em consequência da ruínoza política agrária levada a cabo pelo governo fascista.

O Governo sempre impôs preços ruínosos aos produtos agrícolas, enquanto a grande indústria pratica preços de monopólio (nomeadamente as que produzem mercadorias necessárias à agricultura), com o fim de favorecer o crescimento dos monopólios à custa, não só da exploração dos operários, mas também à custa da exploração e ruína das mas-

sas camponesas. No caso do leite, o Governo tem procurado favorecer os grandes industriais de laticínios e fugir aos problemas que lhe criaria o aumento do preço do leite no produtor, apressando a miséria dos camponeses, obrigados a pagar tudo mais caro e a vender o leite a preços ruínosos.

As medidas do governo fascista na pecuária sempre tiveram em vista, prioritariamente, fornecer subsídios e outras ajudas aos grandes agrários e empresários agrícolas para melhor apetrecharem e mecanizarem a produção, aumentando-lhes assim as possibilidades de fazerem concorrência aos pequenos, arruinando-os. Mesmo em plena crise da falta de leite, o último despacho de Setembro de 1973 que prevê subsídios para incrementar a produção, concede-os de forma selectiva aos produtores bem apetrechados, continuando a deixar ao abandono todos os pequenos produtores dispersos, os mais necessitados de auxílio.

De resto, a opinião dos pequenos produtores é que este subsídio é irrisório e nada vem resolver.

Culpado da situação de desencorajamento, ruína e descalabro a que chegou a produção leiteira, se a quiser incentivar o Governo terá que aceitar e suportar os encargos com o aumento do preço no produtor e conceder subsídios para criação de estábulos e salas de ordenha mecânica ao serviço dos pequenos produtores.

500 PRODUTORES D

No dia 12 de Novembro reuniram-se em Vagos 500 produtores de leite, todos eles associados da Cooperativa Leiteira da zona que abrange os concelhos de Aveiro, Ílhavo e Vagos. A reunião destinava-se a tratar do problema da produção leiteira e da tabela de preços. Aí foi afirmado que só um aumento do preço do leite ao produtor permitirá que este consiga sobreviver.

Neste sentido, dirigiram um telegrama ao Secretário de Estado da Agricultura.

QUEM GANHA COM A FALTA DE LEITE?

O pequeno produtor, que vendeu as suas vacas para abate, não especula com a falta de leite, porque deixou de produzi-lo.

Mas há quem ganhe, e muito, com a forçada ruína do pequeno produtor, com a diminuição da produção de leite. Quem ganha, como sempre, são os grandes industriais. Porque a verdade é que, se falta o leite normal de 3\$80 e 4\$00 por litro, abunda o leite pasteurizado em garrafas ou embalagens cartonadas, abunda o leite adicionado de chocolate, baunilhado, etc. que é vendido a 6\$40, 7\$40 e mais por litro — leite manipulado pela indústria que açambarca a maior parte da produção actual. Só por ter um «cheirinho» disto ou daquilo, esse leite é vendido quase ao dobro do normal, com lucros chorudos para a grande indústria de laticínios. O negócio é tão escandaloso que, enquanto uma garrafa de litro custa 7\$10 ao consumidor, cada quarto de litro custa 2\$40, isto é, o mesmo litro de leite engarrafado em quartos sobe a 9\$60. E ainda por cima, aparece muito mais leite engarrafado em quartos de litro, que é o que rende maiores lucros à indústria.

Ao fim e ao cabo, é a indústria que ganha com a falta de leite, pois explora os produtores comprando-lho a baixo preço e explora os consumidores que, dada a carência, se vêem obrigados a comprar o tal leite com «cheirinho» ao dobro do normal.

LEITE REIVINDICAM

A reivindicação apresentada por estes pequenos produtores é, segundo eles, a forma mais rápida de resolver o problema da falta de leite que se faz sentir.

Os milhares de pequenos produtores dispersos pelo país e que são particularmente numerosos na região do litoral Norte, deviam, a exemplo destes seus colegas, realizar amplas reuniões para discutirem e decidirem a melhor forma de resolução dos seus problemas.

NOVO IMPULSO À LUTA PELOS BALDIOS

Talhadas

Os camponeses de Talhadas voltaram de novo à luta, reivindicando uma área mais vasta de baldio do que aquela que os Serviços Florestais estavam a pretender ceder. Como resultado dessa pressão, os S.F. vieram a ceder toda a zona de baldio do perímetro de Rio Mau, o que representa uma importante área de terreno. No perímetro de S. Maria das Arcas os S.F. têm-se recusado a ceder, mas o povo não recua, continuando as discussões com vista à futura demarcação de terrenos, para que a área sob seu controle seja alargada.

Albergaria das Cabras

Depois do abaixo-assinado dirigido ao Governo reivindicando a posse dos baldios que os S.F. lhes tinham roubado, alguns camponeses começaram a utilizar parcelas desses baldios para apascentar gado. Por esta razão foi aplicada a 5 camponeses uma pesada multa, que eles se recusaram a pagar. O caso foi enviado a tribunal. No dia do julgamento, em Arouca, compareceram 300 camponeses (a população da freguesia em peso), apoiando os 5 incriminados. Estes, assim como todo o povo presente, diziam abertamente que não pagariam a multa. Temendo as consequências imprevisíveis que os acontecimentos poderiam tomar, o julgamento foi adiado. Ao mesmo tempo que entravam em negociações, os S.F. tentaram dividir os camponeses. Mas estes mostraram-se firmes, mantendo as suas reivindicações e unidade.

Marrazes (Leiria)

O povo desta freguesia, fazendo corpo com a Junta, opôs-se energeticamente ao corte pelos S.F. de mais de 42 hectares da sua mata. Contra essa medida abusiva e prejudicial para o povo, foi enviado um telegrama ao Secretário de Estado da Agricultura.

O INCÊNDIO DE VALE DO VOUGA — RESCALDO NÃO TERMINADO —

Continua em toda a região do Vale do Vouga a movimentação para que sejam pagas justas indemnizações aos pequenos proprietários que perderam os seus haveres, matas e culturas no incêndio provocado pelo velho « Bota Fogo » da CP. Centenas de proprietários florestais enviaram a Marcelo Caetano um abaixo-assinado com este fim e, posteriormente, mais assinaturas têm sido enviadas com o mesmo texto.

Os prejuízos causados em toda a região pela supressão do comboio, resolvida pela CP logo a seguir ao incêndio, têm ocasionado calorosos protestos. Representando 21 freguesias da região, cerca de 200 pessoas

reuniram-se em Macinhata do Vouga para expôr à imprensa a necessidade do comboio (com máquinas diesel para evitar incêndios). Ai foram desmascarados os falsos pretextos com que a gananciosa CP e o Governo suprimiram o comboio, substituído por um péssimo e deficiente serviço de camionagem. Foram enviados telegramas a M. Caetano e a outros membros do Governo exigindo a imediata circulação do comboio, indispensável ao povo e ao desenvolvimento da região. A Câmara de Águeda tinha sido dirigido um abaixo assinado subscrito por 1300 pessoas de Macinhata, com o mesmo objectivo.

MONOPÓLIOS ROUBAM E POLUEM IMPUNEMENTE

As populações rurais das margens do Vouga, que já há algum tempo vêm lutando contra a poluição provocada pela Fábrica de Celulose de Cacia, entraram recentemente numa nova fase de luta, enfrentando decididamente a grande companhia monopolista que abertamente demonstra o mais ostensivo desprezo pela saúde, as culturas agrícolas e o bem-estar dos habitantes da região.

O poderoso monopólio, a coberto da protecção das autoridades fascistas, vem destruindo impunemente o peixe do rio e a vegetação das suas margens de tal forma que o rio Vouga é hoje um dos rios, se não o rio mais poluído do país. Intenso fumo e nuvens de cinza enchem o ar de gases tóxicos e irrespiráveis. A fábrica lança, através dum vale de esgoto, óleos queimados, produtos químicos, os mais variados detritos. Ultimamente juntou-se à poluição do ar e da água a poluição sonora, pois começou em funcionamento uma turbina que provoca estrondos tão violentos que chegam a abalar e abrir fendas nas casas das redondezas.

As autoridades fascistas, serventúrias dos monopólios, têm-se mostrado cegas e surdas nos protestos da população.

Sentindo nós candidatas da Oposição Democrática os defensores e intérpretes das suas aspirações, o povo de Cacia compareceu em massa aos comícios democráticos da campanha « eleitoral », debatendo, entre ou-

tros problemas fundamentais, este da poluição, nomeadamente no comício que se realizou mesmo em Cacia. Ai foi aprovado o envio de uma moção de protesto contra a poluição e reclamando que fossem adoptadas medidas pelas fábricas responsáveis (sobretudo pela de Celulose de Cacia). Depois dessa altura, a situação ainda piorou: a Companhia Portuguesa de Celulose abriu as comportas do Rio das Mós que desagua no rio Vouga, provocando a inundação das terras dos lavradores e a destruição de culturas de arroz e pastagens numa vasta área. Estas inundações vieram aliar-se à poluição constante provocada pela fábrica.

Os camponeses da região reuniram-se imediatamente e decidiram tomar medidas a fim de exigirem indemnizações da fábrica ou através de negociações ou, em caso de recusa, seguirem para tribunal.

O povo considera que a situação não pode continuar a arrastar-se indefinidamente e exige que as autoridades administrativas tomem providências:

— Que se monte imediatamente uma estação de tratamento dos resíduos da fábrica de Cacia e seja instalado um filtro para os gases tóxicos da fábrica.

Só com muita firmeza e unidade o povo conseguirá a vitória contra estes tubarões e as autoridades-lacais.